



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**  
*Unidos Por Uma Aracoiaba Melhor*

**AUTÓGRAFO Nº 18/2017**

**LEI Nº 1233/17, DE 06 DE SETEMBRO DE 2017.**

**DISPÕE SOBRE A REORGANIZAÇÃO  
DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS  
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE  
ARACOIABA E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**, no uso de suas atribuições legais, aprova a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º**- Fica reestruturado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, instituído pela lei nº 616/97 de 28 de junho de 1997, com a finalidade de criar condições financeiras ao desenvolvimento de serviços, programas e ações públicas de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito do município de Aracoiaba.

**Art. 2º** - O Fundo será controlado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual está vinculado, observados os princípios da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e as diretrizes gerais da política de promoção e proteção dos direitos da criança e do adolescente formuladas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de suas Resoluções.

**Art. 3º** - O Fundo será gerido financeira e administrativamente pela Secretaria de Ação Social, Trabalho e habitação obedecido ao disposto na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 4º** - Constituirão receitas do Fundo:

**1.** recursos financeiros específicos consignados na lei orçamentária anual do Município e os adicionais que a referida lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**  
**Unidos Por Uma Aracoiaba Melhor**

2. doações decorrentes do imposto de renda, de acordo com o previsto no artigo 260 da citada Lei Federal nº 8.069 e dos Decretos Presidenciais regulamentadores, em vigor;
3. multas estabelecidas como sanções, nos termos da citada Lei Federal nº 8.069;
4. auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados diversos;
5. receitas advindas de convênios, acordos e contratos firmados pelo Município, em favor do Fundo;
6. produto da arrecadação de outras receitas oriundas do financiamento de atividades econômicas e de prestações de serviços;
7. resultado das aplicações financeiras dos recursos do Fundo, realizadas na forma da lei;
8. saldos dos exercícios anteriores;
9. outras receitas que venham a ser instituídas, legalmente.

**Art. 5º** - Os recursos do Fundo serão utilizados para potencializar as linhas estratégicas do Plano Municipal de Diretrizes Gerais para a Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma da lei vigente de sua criação e organização, obedecido ao disposto na legislação financeira em vigor e particularmente às disposições contidas no artigo 260 e seus parágrafos da Lei Federal nº. 8.069 citada.

§ 1º - Utilizar-se-á necessariamente percentual dos recursos do Fundo especificamente para implementação e fortalecimento de serviços e programas de proteção especial de direitos e socioeducativos, previstos nos artigos 87, III a V e 90, da Lei Federal nº 8.069 e inscritos no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º - Poder-se-á também utilizar recursos do Fundo para implementação e fortalecimento de serviços e programas de outras políticas sociais, visando porém a promoção e proteção de direitos de crianças e adolescentes nas áreas dessas políticas sociais, considerando-se estritamente as prioridades estabelecidas pelo Conselho, na forma do caput deste artigo e do inciso I do artigo 87 do estatuto citado.

**Art. 6º** - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do seu Regimento Interno:

- a) regulamentar a aplicação dos recursos do Fundo e estabelecer critérios gerais de repasse dos recursos financeiros do Fundo, através de planos anuais e plurianuais;
- b) apreciar e aprovar, caso a caso, as propostas apresentadas por entidades governamentais e não governamentais, para financiamento de projetos e atividades, com recursos do Fundo, levando-se em conta os critérios gerais aprovados pelo próprio Conselho;



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**  
**Unidos Por Uma Aracoiaba Melhor**

c) conceder certificados de pré-qualificação de projetos ou atividades, a entidades governamentais e não governamentais para que possam captar diretamente recursos para o Fundo junto a pessoas físicas e jurídicas, sem dispensa porém da análise dos projetos e atividades, na forma do inciso anterior;

d) autorizar as despesas decorrentes dos convênios, acordos, contratos, ajustes e similares, firmados em conformidade com os projetos e atividades aprovados;

e) acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira do Fundo;

f) apreciar e aprovar especificamente as contas e relatórios da Secretaria do Desenvolvimento Social e Cidadania, elaborados pelo gestor financeiro do Fundo.

**Art. 7º** - Compete à Secretaria de Ação Social, Trabalho e Habitação, enquanto gestora financeira do Fundo, através de servidor especificamente designado pelo Chefe do Poder Executivo municipal:

1. manter os controles necessários à execução orçamentária do Fundo, como recebimento de receitas, realização de empenhos e pagamentos de despesas;

2. manter controle dos bens patrimoniais que estiverem sob responsabilidade do Fundo;

3. providenciar, ao órgão próprio do Município, os demonstrativos que indiquem a situação econômico-financeira do Fundo, procedendo à sua análise e encaminhando relatórios de avaliação para o Tribunal de Contas dos Municípios, para o Ministério Público estadual e para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

4. preparar empenhos;

5. acompanhar a dotação orçamentária e realizar a conciliação bancária;

6. preparar lançamentos das receitas e despesas mensais;

7. elaborar balancetes mensais e balanços semestrais e anuais e demais demonstrações exigidas pela legislação pertinente, inclusive da SRF;

8. elaborar a quota financeira mensal;

9. manter controle de convênios, contratos, acordos, ajustes e similares;

10. preparar e assinar cheques, em conjunto com a direção da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, providenciando os pagamentos autorizados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

11. controlar contas bancárias;

12. controlar pagamento das parcelas de convênios, contratos, acordos, ajustes e similares;

13. desempenhar outras atividades correlatas.



**ESTADO DO CEARÁ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**  
**Unidos Por Uma Aracoiaba Melhor**

**Art. 8º** - Compete ao Chefe do Poder Executivo:

- I.** aprovar a programação anual e plurianual do Fundo;
- II.** fazer constar na proposta orçamentária anual do Município recursos suficientes para o Fundo desenvolver suas ações;
- III.** apresentar ao Poder Legislativo municipal, por ocasião da prestação de contas anual, relatório detalhado das ações desenvolvidas pelo Fundo.

**Art. 9º** - Compete ao Ministério Público fiscalizar a utilização dos incentivos fiscais, na forma do artigo 260, § 4 da Lei Federal nº. 8.069/90.

**Art. 10** - Os recursos financeiros do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente serão depositado no Banco do Brasil S.A. em conta específica, aberta por determinação do Prefeito Municipal ou de quem ele designar, no ato de regulamentação do Fundo.

**Art. 11** - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas todas as disposições em contrário, em especial as contidas na Lei nº 616/97, de 28 de junho de 1997, que fica por esta revogada.

**Parágrafo Único** - O poder executivo municipal regulamentará esta lei por Decreto Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da sua publicação.

**PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACOIABA**, aos 06 de setembro de 2017.

**Maria da Conceição Alves Pinheiro**  
PRESIDENTE